



EMPRESA JÚNIOR E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM PRÁTICA EM ADMINISTRAÇÃO: O CASO DA CRIAÇÃO DA SEM FRONTEIRAS CONSULTORIA JÚNIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta
Katia Regina Johann
Francieli Pacassa
Luana Vanessa Geremia
Solange Maria da Silva

RESUMO

A Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos gerida somente por discentes sob a supervisão de docentes. Neste caso específico, prestará consultoria na área de Administração. Os objetivos para o alcance da sua criação incluem o embasamento teórico para a verificação das estruturas e funcionamento de Empresas Juniores já existentes, para a elaboração do estatuto, definição do regimento, das normas e estrutura para o desenvolvimento das atividades, possibilitando assim, a implantação da Empresa Júnior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A pesquisa iniciou com o contato aos órgãos gestores do Movimento Júnior no Brasil e em Santa Catarina, buscando referencial para a implantação da Empresa Júnior na UFFS. Por fim, caberá ao grupo, juntamente com os professores orientadores, selecionar os alunos que comporão a Empresa Júnior e finalizar sua implantação. Perante a universidade, além de a Empresa Júnior estimular os estudantes a praticarem as teorias, estará contribuindo para o desenvolvimento da economia local, divulgando os cursos da instituição e valorizando os seus docentes.

Palavras-chave: Empresa Júnior. Implantação. Consultoria.

1 INTRODUÇÃO

Uma breve análise do histórico que contextualiza a Empresa Júnior, surge na França em 1967, segundo Sangaletti e Carvalho (2004) baseado na lei nacional de associações com vocação econômica, de 1901. Matos (1997) complementa que deu-se início pelos estudantes da *ESSEC Business School* (Escola Superior de Comércio), pois sentiu-se a necessidade de adquirir experiências práticas, para complementar a formação teórica aprendida em sala de aula. Funda-se assim, uma estrutura administrativa sem fins lucrativos, denominada *Junior-Enterprise*, que tinha como objetivo confrontar a teoria com a realidade empresarial.

Em virtude do sucesso das primeiras Empresas Juniores, grandes universidades de engenharia, comércio, escolas de comunicação e agronomia iniciaram a expansão do movimento Empresa Júnior (SANGALETTI; CARVALHO, 2004).

Nesse processo de ampliação, Matos (1997) argumenta que, em 1969, já existia na França mais de vinte Empresas Juniores, surgindo, assim, a necessidade de criar uma fundação para promover e representar o movimento, protegendo e defendendo as empresas com a finalidade de assegurar a qualidade dos estudos realizados por estas associações. Assim, fundou-se a CNJE (Confederação Nacional de Empresas Juniores). Sangaletti e Carvalho (2004) complementam que, naquele momento, a CNJE contava com mais de 300 empresas estabelecidas em 20 países da Europa.

Este rápido crescimento em pouco tempo no país despertou nos empresários juniores a necessidade de formar federações para organizar o movimento e proporcionar mais estabilidade para o seu desenvolvimento seguro. Essas federações são responsáveis pelo crescimento ordenado e seguro do movimento (SANGALETTI; CARVALHO, 2004).

No Brasil, o movimento chegou em 1987, por meio do Diretor da Câmara de Comércio França-Brasil João Carlos Chaves, que anunciou em um jornal a convocação de interessados para implantar em suas universidades a referida associação. Este interesse partiu dos estudantes de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que disseminaram a idéia (SANGALETTI; CARVALHO, 2004). Após a implantação deste movimento no Brasil e sua expansão, as Empresas Juniores brasileiras, também sentiram a necessidade de fundar suas federações.

No caso de Santa Catarina, a FEJESC (Federação de Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina) é a responsável por dar o suporte necessário para o desenvolvimento das futuras Empresas Juniores no Estado, oferecendo manual de documentação, suporte e orientação de procedimentos. Para que a Empresa Júnior possa prestar serviços, precisa estar filiada a uma federação.

A maioria das Empresas Juniores, tanto na Europa como no Brasil, oferece serviços de consultoria na área em que estudam seus membros, acompanhados por professores e profissionais já atuantes no mercado, proporcionando ao aluno o contato direto com a prática profissional. Para Sangaletti e Carvalho (2004), a Empresa Júnior serve como um complemento para a formação teórica do aluno. Os contatos com o mercado de trabalho proporcionam aos estudantes a ampliação dos conhecimentos técnicos e profissionais, adquirindo habilidades e competências. Faz com que os acadêmicos busquem, constantemente, o conhecimento para desenvolver novas metodologias e criar soluções inovadoras aplicáveis aos diversos projetos de consultoria.

Especificamente no caso dos estudantes de Administração, essa atividade desenvolve características pertinentes ao perfil do futuro administrador, sendo de extrema importância para sua formação, pois complementa os ensinamentos adquiridos em sala. A Empresa Júnior proporciona aos acadêmicos, desenvolver uma postura séria em relação aos problemas apresentados pelos clientes, desta forma, este desenvolverá a responsabilidade, a capacidade de negociação e o trabalho em equipe (OLIVEIRA, 1997).

Além disso, a autora explica que, ao fazer parte de uma Empresa Júnior, o discente terá a oportunidade de entrar em contato com Empresas Juniores de outras áreas de atuação, por meio de projetos desenvolvidos conjuntamente (OLIVEIRA, 1997). Tal possibilidade desenvolve, ainda, outras competências relacionadas aos aspectos interpessoais e o aprendizado de como lidar com a multidisciplinaridade.

Para promover esta interação e apoiar as Empresas Juniores, no caso de Santa Catarina, a FEJESC é responsável por ampliar as expectativas profissionais para o futuro e a capacidade de atuação dos acadêmicos nas áreas administrativas, provocando um olhar positivo e o crescimento pessoal e profissional dos alunos.

Desta forma, a universidade tem como papel fundamental, amparar e disponibilizar o espaço físico para o início das atividades empresariais (JUNKES et al, 2004). É parte do papel da Universidade criar este espaço de compartilhamento entre alunos e docentes, que acontece

durante o desenvolvimento dos projetos de consultoria, elaborados pelos alunos e orientados pelos docentes.

Para Matos (1997) essa atividade possibilita também a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico, melhorando o intercâmbio entre a sociedade e a universidade.

Junkes *et al* (2004) acrescentam que a Empresa Júnior contribui para a formação de empreendedores, pois o contato direto com empresas de pequeno e médio portes desperta nos acadêmicos o interesse para serem fundadores de suas empresas, disponibilizando à comunidade oportunidades de emprego, aumentando a economia local.

Assim, considerando que a implantação da Empresa Junior na UFFS agregará valor à instituição, aos acadêmicos e à comunidade, o objetivo deste artigo é apresentar o processo de criação da Sem Fronteiras Consultoria Junior – Empresa Júnior do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus Chapecó – SC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos, que nasce da iniciativa de estudantes universitários (LAUFEUILLE, 1997). Conforme Matos (1997), ela é constituída somente por acadêmicos que estejam cursando a graduação, os quais perdem o vínculo com a associação ao concluir seu curso.

No decorrer da graduação é importante que os acadêmicos participem de atividades desenvolvidas pela associação, pelo fato destas complementarem o ensino das salas de aula e auxiliarem a inserção do aluno no mercado de trabalho, ampliando assim os seus conhecimentos técnico e profissional, os quais desenvolvem competências que garantem o seu diferencial, além de promover o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os seus membros (SANGALETTI; CARVALHO, 2004).

A Empresa Júnior proporciona aos acadêmicos diversas oportunidades, entre elas, o contato com as estruturas formais, presentes no ramo empresarial. Portanto, estimula a capacidade de gestão e possibilita uma aproximação com as estruturas em que suas atividades se baseiam, sendo o organograma uma das formas mais comuns de representar formalmente a constituição da empresa (JUNKES *et al*, 2004).

Um modelo citado por Junkes *et al* (2004) e que melhor representa a estrutura organizacional da Empresa Júnior da UFFS está descrito na figura 1. Consiste em uma estrutura funcional, que segundo os autores é o tipo de estrutura mais comum em Empresas Juniores, pois possibilita uma interação maior entre todas as áreas.

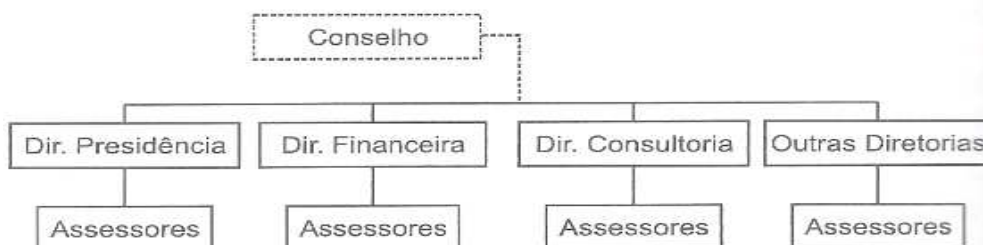


Figura 1- Modelo de organograma de estrutura funcional.

Fonte: Junkes *et al*, 2004, p. 48.

Além disso, esta estrutura é a mais adequada por facilitar o controle, a coordenação e o agrupamento das pessoas e recursos em áreas funcionais específicas. No entanto, pode

apresentar falhas nas comunicações entre as diferentes funções na empresa, dificuldades dos colaboradores cumprirem metas estabelecidas e resposta lenta às mudanças ambientais (JUNKES *et al*, 2004).

Para os autores, nem todas as organizações dependem de uma única estrutura e não necessitam se adaptar ao modelo encontrado, uma vez que esta deve ser flexível, pois os membros estão em constante mudança.

Essa flexibilidade permite que todas as áreas se inter-relacionem, facilitando a realização de uma consultoria (MATOS, 1997). Esta relação entre os departamentos parte da necessidade de recursos e materiais da outra área para a realização das atividades. O autor exemplifica esta inter-relação setorial, a partir das trocas de informações entre as diretorias, em que a área de RH necessita do setor de projetos informações sobre o número e as especificações referentes ao perfil dos consultores, por sua vez, este necessita do RH para a seleção de acadêmicos e o desenvolvimento de projetos (JUNKES *et al*, 2004).

Todos os projetos desenvolvidos pela Empresa Júnior recebem o apoio e o auxílio dos docentes, os quais constituem o conselho, tendo como principal função manifestar-se sobre problemas referentes ao estatuto, propondo mudanças e defendendo a sua execução. A composição das diretorias é representada pelos acadêmicos, os quais compreendem: diretoria presidência, financeira, consultoria e outras diretorias (MATOS, 1997).

Junkes *et al* (2004) complementam que todos os diretores participam das reuniões decisórias, eles desempenham a função de coordenar as atividades, que são atribuídas à sua área para a execução da consultoria. O autor define que os assessores são os que desenvolvem as atividades e não fazem parte das reuniões decisórias.

O quadro geral dos componentes da Empresa Júnior é formado por alunos denominados como membros aspirantes e efetivos, tendo este o direito de votar e ser votado e convocar extraordinariamente uma assembléia geral para definição de problemas que ele julgue necessário; e aquele sem direitos privativos, que obtém a condição de aspirante pelo interesse em participar das atividades da Empresa Júnior (MATOS, 1997).

O processo para se tornar membro da associação estará previamente definido no seu estatuto e regimento interno, pois não são todos os acadêmicos da instituição que a constituirão (MATOS, 1997).

É preciso criar critérios de seleção, considerando as funções a serem desempenhadas, as necessidades da empresa júnior, bem como o perfil de aluno desejado, proporcionando condições justas e equitativas para que todos os alunos que têm interesse possam participar da associação.

Para que uma Empresa Júnior possa atuar em uma universidade, é necessário que seja definida em seu estatuto como uma associação civil sem fins lucrativos (MATOS, 2004). A definição de estatuto pela Federação de Empresas Juniores de Santa Catarina (FEJESC, 2010, p.4) é:

o instrumento de estruturação jurídica da empresa, um dos documentos mais importantes, que definirá todas as suas relações formais. Entre as suas funções básicas estão: regular o funcionamento da entidade frente a terceiros e regular os direitos e deveres dos membros e das relações entre eles. É indispensável que conste todas as regras que regerão a Empresa Júnior bem como as informações que a caracterizem.

O estatuto deve estar de acordo com o Novo Código Civil, segundo a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de acordo com os artigos 46 e 54, e deve conter a localização da sede da associação, como deve ser gerida/administrada, seu nome, os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados, as fontes de recursos para sua manutenção e as condições para alteração do estatuto.

No estatuto de uma Empresa Júnior deve constar todas as diretorias que a compõem, como por exemplo, um diretor presidente, financeiro, de marketing, de projetos, de recursos humanos, de administração, relações públicas, de qualidade e outros. Também devem constar as competências de cada diretor. Como se trata de uma associação civil sem fins lucrativos, ela possui como órgão administrativo a assembleia geral que é constituída pelos membros efetivos, “a assembleia geral é a instância soberana de deliberação da Empresa Júnior. [...] Compete à assembleia geral eleger a diretoria executiva e o conselho administrativo e promover reformas no estatuto [...]” (MATOS, 1997, p. 23-26).

A FEJESC (2010) orienta que, quando o estatuto estiver redigido, deve-se registrá-lo em cartório. Após toda formalização para o funcionamento da Empresa Júnior, esta deve cadastrar-se no CRA de Santa Catarina, pois trata-se de uma empresa que prestará consultoria, por isso, há a necessidade do cadastro.

Após a elaboração do estatuto e a legalização do mesmo com todas as exigências da FEJESC, cabe aos dirigentes colocarem em prática as atividades voltadas à finalidade da Empresa Júnior. O modo de funcionamento deverá ser traçado a partir de um planejamento previamente discutido por seus membros (MATOS, 1997, p.29-32).

O planejamento de uma Empresa Júnior pode ser entendido como a definição e implementação de todas as atividades que devem ser desenvolvidas pelos gestores da associação, com a finalidade de cumprir sua missão da maneira mais eficiente, obedecendo às disposições legais que se aplicam a ela. Culminará na elaboração de funções e um possível cronograma de atividades (MATOS, 1997, p.29).

Com esse estudo, pretende-se ressaltar a importância da implantação de uma Empresa Júnior para o curso de Administração da UFFS considerando o seu processo de implantação. Além de levantar a discussão sobre este assunto, este trabalho pode contribuir com outras instituições que pretendam implantar ou já estejam implantando suas empresas juniores, nas mais diversas áreas do conhecimento.

3 METODOLOGIA

Optou-se pela realização de uma pesquisa aplicada com base qualitativa, visto que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. A escolha por este tipo de pesquisa foi baseada na afirmação de Silva e Menezes (2000), onde para elas, a base qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de estudo de caso descritivo, pois visava descrever da melhor forma possível o processo de implantação e desenvolvimento da empresa júnior. Descritiva, por razões de precisão e impessoalidade, pois é necessário ao pesquisador ter uma conduta de total imparcialidade.

O processo de determinação do programa a ser estudado e dos entrevistados para a pesquisa foi intencional. De acordo com Silva e Menezes (2000), os casos escolhidos devem representar “o bom julgamento” do universo de pesquisa. Para tanto, o projeto escolhido para ser estudado teria que cumprir os quesitos estipulados pelo autor que eram: estar vinculado a uma instituição renomada, permitir o acesso às informações e permitir o acompanhamento da implantação.

Em relação aos meios caracteriza-se segundo Lakatos e Marconi (1990) como pesquisa documental pela fonte de coleta de dados constituída de fontes primárias como documentos internos, arquivos virtuais e físicos com dados sobre o projeto e a UFFS, *website* institucional, relatórios e outros documentos.

Já a pesquisa bibliográfica, outra classificação deste estudo, foi utilizada bibliografia referente ao tema educação a distância, revistas especializadas nesta área, artigos que discutem estes assuntos disponíveis em revistas especializadas e na rede mundial de computadores.

Para a realização deste trabalho foram coletados dados por meio de quatro fontes principais: análise documental, pesquisa bibliográfica e observação direta e participante, pois os pesquisadores eram as pessoas envolvidas diretamente com o projeto.

A análise de dados foi feita por meio do estabelecimento de relações entre a análise documental, as informações obtidas nas entrevistas e a observação, correlacionando estas relações com a teoria. Assim, as análises não ficaram restritas ao olhar dos pesquisadores.

4 A UNIVERSIDADE E O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de demandas dos Movimentos Sociais, organizados desde 2005 no Movimento Pró-Universidade Federal. Criada oficialmente em 15 de setembro de 2009, pela Lei nº 12.029, a UFFS iniciou suas atividades letivas em março de 2010. A UFFS é uma instituição de ensino superior pública e popular, que abrange os 396 municípios da mesorregião da Fronteira do MERCOSUL, que atende o Sul do Oeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e o Noroeste do Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nasceu da necessidade do ensino superior público atingir uma região que, historicamente, foi excluída do processo de desenvolvimento vislumbrado nas áreas mais próximas do litoral brasileiro.

Sendo assim, a UFFS possui uma dupla missão que é interiorizar o ensino universitário público e promover através de suas áreas de atuação: ensino, pesquisa e extensão, um novo ciclo de desenvolvimento econômico regional.

O curso de Administração insere-se neste papel de elo de promoção do desenvolvimento regional por meio da formação de um corpo discente transformador e da realização de pesquisa e de projetos de extensão que estejam articulados com a realidade regional e demandas da sociedade. Por esse motivo, possui foco em pequenos empreendimentos e cooperativismo.

O bacharel egresso do curso de Administração da UFFS está apto a atuar nas áreas administrativas estratégicas, táticas e operacionais de empresas do setor público e privado de todos os portes, dos setores agropecuário, industrial, comercial e serviços.

Assim, a formação de uma cultura empreendedora por parte dos alunos do Curso de Administração da UFFS, a partir de experimentos e das atividades de consultoria desenvolvidas pela Sem Fronteiras Consultoria Junior – Empresa Júnior do Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus Chapecó – SC, deve contribuir para a promoção de um perfil profissional de qualidade, consciente de seu papel social no desenvolvimento de negócios sustentáveis e de empreendimentos de sucesso e comprometido com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País. Nesse sentido, deve desenvolver nos alunos a capacidade de tomar decisões através das consultorias, e contato direto com o mercado de trabalho, podendo assim colocar em prática a teoria da sala de aula.

Rhinow *et al* (2004) ressaltam que o desafio atual de formação do administrador empreendedor é preparar um profissional para atuar como agente transformador e que suas decisões sejam baseadas em valores éticos em prol de uma sociedade mais justa e sustentável.

Lafeuille (1997) aponta que a Empresa Júnior é um espaço de aprendizagem, criatividade e responsabilidade. Ao suprir as demandas da comunidade, exerce o voluntarismo

dos acadêmicos por meio de projetos universitários. Com isso, o autor enumera as seguintes vantagens e benefícios para a sociedade:

- a) acesso a projetos desenvolvidos pelos discentes a um custo menor, que as micro e pequenas empresas e cooperativas poderão utilizá-los;
- b) o acadêmico poderá estar sendo contratado pelas empresas que prestar consultoria, se o projeto for bem desenvolvido, assim as contratações serão mais seguras tanto para os empresários quanto para os graduandos; e
- c) contribui para a formação prática dos estudantes, permitindo que o nível de competência dos acadêmicos seja elevado, assim proporciona uma maior procura pelo sistema educacional e um aumento gradativo na economia regional.

5 O PROCESSO DE CRIAÇÃO

Inicialmente foi proposto pela Professora orientadora um projeto de iniciação acadêmica, com duas alunas bolsistas e uma voluntária onde seria feito o estudo teórico do que é uma empresa júnior, sua importância no curso e qual a documentação e as exigências legais para a criação da mesma no curso.

Inicialmente, os alunos fizeram contato com os órgãos gestores do Movimento Júnior no Brasil e em Santa Catarina, buscando referencial para a implantação da Empresa Júnior na UFFS.

Foram indicadas literaturas sobre o tema e as alunas fizeram visitas às bibliotecas universitárias de Chapecó buscando outras literaturas complementares.

Também foi organizada uma oficina com a FEJESC sediada na UFSC, instituição tutora da UFFS, como parte da semana acadêmica do Curso de Administração. O objetivo da oficina foi a familiarização dos alunos com o tema e para troca de experiências. Com base nesses levantamentos, foi conduzida a construção do projeto de implantação da Empresa Júnior do curso de Administração da UFFS, utilizando metodologia própria de elaboração de projetos.

Os objetivos estabelecidos na realização deste projeto foram alcançados, pois as alunas adquiriram um arcabouço teórico sobre o tema e foram levantadas todas as exigências legais e documentais para sua instalação e funcionamento.

O relatório final do projeto passou pela avaliação do colegiado do Curso de Administração, sendo aprovado e, posteriormente, encaminhado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFFS.

O projeto foi julgado relevante pelo parecer da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, entretanto, por envolver custos relativamente altos e espaço físico, foi sugerido pelos mesmos que o projeto fosse submetido ao edital de extensão da UFFS, com o intuito de adquirir os insumos necessários para sua implantação e prevendo também a concessão de bolsas.

Com base neste parecer, foi submetido o projeto de extensão de implantação da empresa júnior. O projeto foi aprovado com a concessão de um aluno bolsista e duas alunas voluntárias.

No desenvolvimento do projeto, primeiramente o grupo buscou junto aos órgãos competentes verificar a legislação responsável pela regulamentação de uma Associação Civil Sem Fins Lucrativos, a qual a Empresa Júnior corresponde. Juntamente com a pesquisa da legislação foi realizado um levantamento por meios eletrônicos das Empresas Juniores já existentes, para a familiarização com o tema e proporcionando assim, informações sobre suas atividades. Além disso, buscou-se por meios bibliográficos conhecer a história de seu surgimento e evolução no mundo e no Brasil.

Posteriormente realizou-se novo contato com a FEJESC (Federação das Empresas Juniores de Santa Catarina) que é a instituição responsável por auxiliar na criação das Empresas Juniores com esclarecimentos de como proceder em todas as etapas de sua criação.

Com as orientações fornecidas pela FEJESC consultou-se o CRA-SC (Conselho Regional de Administração de Santa Catarina) para informações sobre a documentação necessária para o credenciamento junto ao órgão. Ainda de acordo com a FEJESC após o período de um ano de funcionamento pode-se cadastrar na Brasil-Júnior (órgão que reconhece as Empresas Juniores em nível nacional).

Em seguida foi solicitado à FEJESC o modelo de estatuto para que pudesse iniciar a constituição do estatuto e do regimento interno. De posse do manual fornecido a equipe começou a elaborá-lo.

Após a elaboração, foi realizada uma revisão destes documentos, através de uma comissão formada por professores do Núcleo Docente Estruturante do curso de Administração da UFFS. Os documentos foram discutidos e aprovados, e então foram encaminhados para registro.

Serão finalizados os documentos necessários à implantação da Empresa Júnior, com o apoio da FEJESC e oficializada a sua existência junto aos órgãos competentes, ou seja, concluída esta etapa, estes documentos serão registrados em cartório civil, para assim poder criar um CNPJ para a Empresa Junior, posteriormente será efetuado o cadastro no CRA-SC órgão que regulamentador das empresas que prestam serviços administrativos. Com todas essas etapas concluídas, a Sem Fronteiras Consultoria Júnior poderá iniciar seus trabalhos de consultoria junto às empresas de Chapecó e região.

Uma sala específica para a instalação das atividades da Empresa Júnior foi destinada pela instituição e as chaves entregues às acadêmicas responsáveis pelo projeto de criação da Empresa Júnior, através da coordenadora do Curso de Administração em reunião ordinária do colegiado, no dia 26 de setembro de 2011. Esse espaço de trabalho está equipado com computadores com acessos a internet, mesas, cadeiras e já foi criado um e-mail institucional para possibilitar o contato com os seus futuros clientes.

Estão sendo elaborados materiais de divulgação e os demais materiais que se fizerem necessários ao longo do processo serão providenciados. Por fim, caberá ao grupo, juntamente com os professores orientadores, selecionar os alunos que comporão a Empresa Júnior e finalizar sua implantação.

A primeira equipe dirigente da Sem Fronteiras Consultoria Junior será formada pelos membros que trabalharam no projeto de fundação e serão denominados membros fundadores, tornando-se assim membros efetivos, conforme previsto no estatuto. Tornam-se membros efetivos os alunos aprovados em processo seletivo e que passarem pelo período de adaptação como membro *Trainne*. O membro Consultor é todo o aluno selecionado para a realização de uma consultoria, em que cada projeto terá uma seleção diferenciada devido às suas particularidades e demanda. Os membros Colaboradores constituem-se como sendo todos os alunos de outros cursos da UFFS que forem devidamente selecionados, e que prestarão auxílio na consultoria, em conjunto com os membros Consultores e Efetivos. Membro Diretor é todo o membro efetivo ou fundador eleito para um dos cargos da Diretoria Executiva.

Com o projeto finalizado, serão feitas visitas técnicas às Universidades que possuam Empresa Júnior para observar seu funcionamento e procedimentos para a abertura/criação. Em seguida, os alunos promoverão rodadas de discussão com professores e demais alunos de cursos potencialmente interessados, a fim de mobilizar forças para a abertura da referida Empresa Júnior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Empresa Júnior é um importante laboratório para todo curso de Administração pois proporciona um contato direto com a prática profissional. Com a realização deste estudo, ressalta-se a importância da implantação de uma Empresa Júnior na UFFS, por se tratar de um espaço de aprendizagem em que os acadêmicos colocarão em prática a teoria aprendida em sala, desenvolvendo suas capacidades gerenciais e possibilitando uma melhora significativa, profissional e pessoal.

Perante a universidade, além de a Empresa Júnior estimular os estudantes a praticarem as teorias, estará contribuindo para a economia local, divulgando os cursos da instituição e valorizando os seus docentes. A região de Chapecó apresenta pouco profissionalismo na gestão, assim como a maioria das regiões do país, o que abre um amplo leque de possibilidades de trabalhos para que a Empresa Júnior contribua para o desenvolvimento das organizações.

Também cabe destacar que é uma importante ferramenta de inserção dos acadêmicos do curso no mercado de trabalho, seja pela valorização desta experiência por parte das empresas em seus processos de seleção, seja pelo contato com organizações contratantes que podem absorver esses profissionais em seus quadros.

Por fim, observa-se que este artigo pode servir de suporte para outras instituições ou mesmo outros cursos que tenham a intenção de implantar suas empresas juniores mas não saibam por onde começar.

REFERÊNCIAS

ANJOS, André Fernandes Dos. **Manual Burocrático**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <katia_johann@hotmail.com>. em: 30 ago. 2010.

CIVIL, Código. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2002/lei10406.htm>>. Acesso em: 11 set. 2010.

LAFEUILLE, Philippe. O Movimento Empresa Júnior. In: MATOS, Franco de. **A Empresa Júnior no Brasil e no Mundo: o conceito, o funcionamento, a história e as tendências do movimento Empresa Junior**. São Paulo: Martin Claret, 1997, p. 13-15.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MATOS, Franco de. **A Empresa Júnior no Brasil e no Mundo: o conceito o funcionamento a história e as tendências do movimento EJ**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

OLIVEIRA, Juliana G. G. de. Uma idéia genial. In: MATOS, Franco de. **A Empresa júnior no Brasil e no Mundo: o conceito, o funcionamento, a história e as tendências do movimento Empresa Junior**. São Paulo: Martin Claret, 1997, p. 9-11.

RHINOW, Guilherme *et al.* **A Formação do administrador de empresas socialmente responsável: uma proposta de mudança organizacional**. VII SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 2004.

SANGALETTI, Chisthini; CARVALHO, Gustavo. Introdução ao Movimento Empresa Junior. In: NETO, Luíz Moretto. et. al. **Empresa Junior**: espaço de aprendizagem. Florianópolis: [s.n], 2004.

SILVA, E. L. da, MENEZES, E. M. – **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000, 118 p.

JUNKES, Patricia Natale; ROSAURO, Diego Zen; BENKO, Fernando de Sousa. Olhar crítico sobre a gestão das empresas juniores. In: NETO, Luíz Moretto. et.al. **Empresa Junior**: espaço de aprendizagem. Florianópolis: [s.n], 2004.